

Algumas considerações sobre: o Welfare State brasileiro e a alternativa dos empreendimentos social na atual reestruturação produtiva.

Nestas minhas andanças pela Maré, Rocinha e Nova Iguaçu, acompanhando os projetos sociais de empreendimentos sociais, tenho percebido os efeitos da crise atual no mundo do trabalho. Draibe (1989), já percebia esta situação da mudança estrutural no mundo do trabalho, no que ela argumenta:

“Mas se é esta, então, a tendência profunda de transformação que vem se processando neste final de século, será exatamente sobre sua base que deveremos tratar de construir os cenários alternativos com os quais haveremos de conviver no futuro.” (p. 21)

Segundo a autora, esta nova situação do trabalho, o desemprego em massa foi provocado pela revolução tecnológica que alterou as formas de produção e de desempenho produtivo. Desta forma, cria-se uma massa de desempregados sem qualquer tipo de proteção social. Diante deste quadro a autora sugere que o Estado, busque formas alternativas de produção e geração de bens e serviços sociais. Draibe reafirma que as políticas sociais básicas devem estar direcionadas para os segmentos mais frágeis da sociedade. Segundo ela, alguns critérios de seletividade podem ser adotados para direcionar melhor as ações sociais: a base territorial, a renda e os grupos de risco. Definem-se então prioridades dos grupos de maior vulnerabilidade, como o alvo das políticas sociais. A autora enfatiza que é preciso ter foco, objetivo de resultados claros para cada segmento social identificado.

Neste sentido, o artigo de Maria Lucia Werneck Vianna (2007), apresenta algumas questões que ajudam a refletir sobre o ponto que tomei para discussão como meu objeto de pesquisa, a questão sobre empreendedorismo social e cidadania. A todo o momento me vejo diante do meu objeto que fala, tem sentimento, tem substância; são pessoas que no seu dia-dia lutam para

sobreviverem contra as restrições sociais que lhes foram impostas pelas políticas de Estado ou governo e pela lógica capitalista do mercado.

Vianna (Op. cit.), em bom diálogo com Boaventura Santos (2007), discute diretamente o conflito entre teoria e realidade na análise sobre a questão social. No entender da autora, que concorda com Boaventura, os cientistas sociais têm se deixado impregnar pela empíria com pouco referencial teórico, “[...] *a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria [...]*”. A autora propõe este debate pensando especificamente no trato que a ciência social vem dando ao que ela diz ser a nova questão social do enfrentamento das desigualdades, que no seu entender carece de maior teorização como instrumento de compreensão desta realidade que estamos vivendo.

Um dos pontos de reflexão da autora se refere ao empreendedorismo como um caminho alternativo para as populações mais pobres de enfrentarem a pobreza, o desemprego e as desigualdades. Diz a autora:

“[...] o empreendedorismo social é figura de destaque. Além de apresentada de maneira recorrente como a política social destinada a promover a inclusão social de certos grupos [...].”

Seguindo seu pensamento ela identifica a teoria que embasa esta prática, eu destaco:

“consiste no entendimento de que inclusão significa entrar no mercado, não importa como.”

Para a autora este processo de inclusão pela via do empreendedorismo, tira o foco das questões básicas de cidadania, tornando o indivíduo como um consumidor/produtor, e sua marca de inclusão social não é mais a carteira profissional assinada, mas o seu CPF que lhe dá o direito de se relacionar com o sistema de crédito ainda que seja para pobres, ela cita: “o Grameen Bank na Índia que oferece micro crédito aos pobres incentivando o empreendedorismo”.

Segundo a autora, a estratégia do empreendedorismo parece ser inovadora na forma de resolver as questões sociais para os pobres, na medida em que se diferencia das práticas anteriores de assistencialismo, pois neste novo padrão de política social, os pobres são empoderados para assumir a solução de seus problemas, recebendo apoio técnico e financeiro para iniciar algum negócio. Cria-

se desta forma uma idéia de que será possível romper com o ciclo de pobreza que atinge milhares de famílias. No entanto, a autora critica este padrão de assistência social, pois reforça a idéia de que não se necessita do Estado para promover políticas universalistas de proteção social, mas que iniciativas locais podem ser a alternativa dos problemas vividos pelas populações mais pobres.

Anthony Giddens (1996), falando sobre o desenvolvimento alternativo tem, uma outra visão das práticas empreendedoras desenvolvidas por grupos locais:

“A autoconfiança pode, às vezes, acarretar a promoção de mercados, mas ela se refere principalmente á reconstrução das solidariedades locais e aos sistemas de apoio. Existem muitos exemplos de desenvolvimento autoconfiante hoje em dia. Um exemplo é o Grameem Bank e Bangladesh. Seu fundador zombou da sabedoria bancária tradicional ao afirmar que empréstimos aos pobres, sob determinadas condições, não precisam ser caridades [...]. O objetivo do Grameem é gerar oportunidades para o desenvolvimento local entre os pobres sem terra das regiões rurais. A maioria dos seus comodatários soa mulheres [...]. Os benefícios até agora têm sido bastante consideráveis, e o banco apresenta uma taxa de 98% de restituição.” (p. 183)

Neste caso específico, o autor observa que esta política tem por objetivo gerar oportunidade onde ela não existe, e principalmente para um grupo marginalizado socialmente, no caso das mulheres. Seguindo este argumento da alternativa de desenvolvimento local, o autor ressalta a importância da inclusão da mulher no mercado produtivo, indagando a seguinte realidade: *O trabalho assalariado das mulheres concentra-se pesadamente nos setores mais periféricos do mercado de trabalho, com as piores condições, salário líquido baixo e níveis de segurança ruins.* A inclusão de muitas mulheres que vivem nas favelas e periferias no mercado de trabalho, pelo que tenho observado, tem sido pela via alternativa de geração de trabalho e renda.

Giddens utiliza um argumento de Latouche (1991), que considera a economia informal uma estratégia de reação dos pobres frente aos desafios das instituições modernas de controle global da economia. Esta informalidade representa 60% a 80% do emprego urbano no Terceiro Mundo.

“Como tal, ela se situa em uma relação de oposição e de simbiose com a ordem moderna. A atividade informal quer represente claramente “trabalho” visível ou não, obedece a uma lógica diferente do produtivismo. Quando as atividades artesanais produzem um excedente, ele não é investido em uma produção

expandida, mas tende a ser usado para sustentar as lealdades e solidariedades locais. O “econômico” aqui não será separado do resto da vida, aos moldes característicos do empreendimento econômico formal. A alternativa não é um desenvolvimento alternativo, mas uma “alternativa” ao desenvolvimento.” (Op. cit., p. 191)

Considerando as duas visões distintas sobre o empreendedorismo, não é nossa intenção defender ou criticar a tese do empreendedorismo social, digo que estou longe de achar que a tese do empreendedorismo social seja totalmente virtuosa e redentora das desigualdades sociais históricas brasileiras. Por outro lado, não acho que o empreendedorismo social subverte o debate sobre a questão da cidadania, empurrando para o lado a luta pelos direitos civis, políticos e sociais, dando maior importância ao direito de consumo. O fato é que o empreendedorismo social só terá condições de se tornar uma alternativa viável de geração de trabalho renda, caso tenhamos os investimentos apontados por Sachs (2003). Acho que as duas visões contribuem para ampliar o debate sobre o tema e na busca de políticas sociais que ajudem a superar o drama das pessoas desempregadas e impedidas de exercerem sua cidadania.

Na entrevista com as ceramistas do grupo da Maré – Cerâmica Negra da Maré, fiz a seguinte pergunta para o grupo: o que é ser cidadã? O que esta palavra significa para vocês? E as respostas foram as seguintes:

- ✓ Não sei explicar;
- ✓ Ser uma pessoa de bem/boa;
- ✓ Têm direitos com o governo porque paga imposto (moradia, saúde, educação, *trabalho*);
- ✓ Não me sinto cidadã, cidadã tem tudo, ganha bem. Não podemos fazer planos, *o dinheiro é pouco*;
- ✓ Me sinto um pouco cidadã, sou filha do Brasil, mas sem direitos;
- ✓ Sem *trabalho* não tem direitos;
- ✓ Direitos iguais, ter registro;
- ✓ O *trabalho* é importante, eu queria comprar uma casa.

Com se vê, a palavra trabalho aparece em três das oito respostas dadas pelo grupo. O que de alguma forma relaciona cidadania ao trabalho, a possibilidade de ganho, de sustento da vida. O que quero demonstrar com as

respostas dessas mulheres, é que o trabalho é um elemento fundamental para que a pessoa se sinta cidadã.

O caminho do empreendedorismo social não nega a necessidade de se avançar no campo dos direitos básicos de cidadania, pelo contrário, ao investigar as bases sobre as quais estas iniciativas estão colocadas, descobri a fragilidade social das pessoas que se valem desta oportunidade de trabalho. Como aponte na descrição do perfil de cada um dos grupos, onde faço o breve relato do lugar onde essas pessoas moram, diagnosticando a baixa qualidade dos serviços públicos ofertados ou sequer existentes, também tentei traçar um perfil social das pessoas que estão envolvidas nestes empreendimentos, outro aspecto que revela a precariedade da cidadania exercida por estas pessoas. O empreendedorismo social opera na mesma lógica da economia solidária, busca agregar pessoas desempregadas em atividades coletivas por meio do trabalho produtivo.

Desta forma, o empreendedorismo social não tem a pretensão de substituir o estado de bem-estar social, e nem o caráter de política social de Estado. Não obstante, estas iniciativas ajudam a desvelar uma realidade social, onde os direitos sociais e civis passam longe da realidade dessas pessoas. Quero dizer que ao demonstrar o caráter de subsistência destes empreendimentos, também demonstro a necessidade de se ampliar o debate político sobre o acesso às políticas públicas pelas pessoas que habitam as áreas menos privilegiadas da cidade. Porém, o que tenho visto nas minhas andanças, são iniciativas comunitárias, muitas sem qualquer incentivo governamental. Vejo mulheres trabalhando em pequenas oficinas, produzindo para sobreviver, lutando dia a dia para manter um mínimo de dignidade.

O trabalho do Sebrae/RJ com estes grupos tem sido de estabelecer um plano de metas e resultados, que ajude na busca da sustentabilidade.

Porém, cada grupo é tratado a partir de sua especificidade e desafios. Não havendo uma receita ou um pacote pronto de soluções padronizadas. Alguns marcos estratégicos são observados, como uma leitura inicial do grupo e do lugar onde ele está localizado.

1. Levantamento socioeconômico do território;
2. Mapeamento das instituições que atuam no território: pública, privada e sociedade civil;

3. Identificação das lideranças;
4. Capacitação das lideranças;
5. Mapeamento das necessidades de capacitação técnica e de gestão;
6. Identificação de potenciais parceiros para apoio ao grupo;
7. Oficina de apresentação de cenário local/diagnóstico;
8. Oficina de planejamento estratégico para formatação do plano de trabalho;
9. Acesso a mercado;
10. Oficina de design;

Os projetos de empreendedorismo social apoiados pelo Sebrae/RJ têm um objetivo muito claro, criar condições favoráveis para o desenvolvimento dos grupos produtivos. Neste sentido verificam-se as ações que o Sebrae/RJ tem desenvolvido para apoiar estas iniciativas, tais como: capacitação na área de gestão, apoio ao design como valor agregado às técnicas e produtos já existentes, aplicação de metodologias de associativismo e de comércio justo, como instrumentos de organização da gestão do grupo e da produção, bem como de acesso a mercado.

Há dois anos este programa de apoio aos grupos produtivos vem sendo desenvolvido, gerando resultados importantes para alguns dos grupos apoiados e acima citados. Como resultados alcançados verificam-se: melhoria da auto-estima das integrantes dos grupos, melhoria do relacionamento entre as pessoas dos grupos, melhoria na forma de gestão da atividade, melhoria na técnica aplicada nos produtos, melhoria no acabamento e na qualidade dos produtos, ampliação de acesso ao mercado; inclusive exportação de produtos de três grupos.

Dois pontos são fundamentais na organização dos grupos: a) a implantação de uma forma de gestão da atividade produtiva que atenda as necessidades do grupo, respeitando o saber, o fazer e o querer. Quero dizer, a identidade do grupo; e b) aprimoramento da técnica como valor agregado ao produto, que produz peças exclusivas e originais.

Desta forma, pode-se dar um diferencial a esta produção artesanal, fazendo com que esta atividade consiga estabelecer uma relação comercial com o mercado da moda e confecção.

Um exemplo desta relação tem sido o evento do fashion business, que acontece duas vezes por ano na Marina da Glória: primavera/verão e outono/inverno. O Sebrae/RJ há dois anos (2007 e 2008), vem investindo num espaço “Empreendedorismo Social”, que expõe os produtos de 10 grupos produtivos no mesmo espaço de grandes grifes e pólos de confecção do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil.

Neste evento, compradores e designers encontra produtos e técnicas desenvolvidas pelos grupos de empreendedorismo social produtivo. Esta oportunidade de participação num evento como este tem possibilitado aos grupos venderem seus produtos e suas técnicas, gerando renda e trabalho.

Vale ressaltar que os negócios gerados têm sido baseados na filosofia do comércio justo, que busca estabelecer uma relação de justiça comercial entre produtor e comprador, onde as duas partes têm consciência da importância de fazer a negociação com ética.

O caminho de sustentabilidade destes grupos é longo e permeado de altos e baixos. É preciso ter persistência e apoio constante para que o grupo não se desfaça. Desta forma, o regime de monitoramento e de avaliação do desenvolvimento de cada grupo é fundamental para corrigir eventuais problemas que possam ocorrer.

Esta etapa do trabalho que encerro com a dissertação do mestrado, traduz os momentos que até então vivenciei nas comunidades e nos grupos. O diálogo da teoria com o campo empírico me possibilitou refletir sobre meu trabalho como técnico do Sebrae/RJ e a eficácia das ações desenvolvidas.

Aprendi e continuo aprendendo com os grupos sobre o produzir para viver, é uma tarefa diária conseguir vencer as 24 horas do dia e para começar tudo de novo no dia seguinte.